



ALERJ DIZ NÃO

Garotinho vinha bem, mas no finalzinho de seu governo tropeçou e quase botou tudo a perder

Dias antes do fim de seu governo, Anthony Garotinho quase repetiu seu antecessor, Marcello Alencar, enviando uma mensagem a Alerj, na qual transferia 40% das ações da CEDAE ao Rio Previdência. Num misto de surpresa, desapontamento e indignação, trabalhadores reagiram, encontrando eco junto aos deputados que, cumprindo a tradição, mais uma vez disseram um sonoro não à proposta do governador.

Páginas 4, 5, 6 e 7



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-presidente

Paulino Cabral da Silva

Diretor Administrativo

Júlio César Oliveira Antunes

Diretor Financeiro

Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação

Flávio José Soares de Moura

Diretor Técnico

Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Social

César Lima da Graça

Diretor Jurídico

Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto

Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

**Representante dos
Administradores**

Luziete Francisca da Silva

Advogados

Sueli Kolling Turano

Aposentados

Maria Christina Piragibe

Maria Carmem M. Almeida

Nelson Martins Portugal

Armando Costa Vieira

Edison Bittencourt Rosa

Arquitetos

Marilusa de Andrade da Fonseca

Sócios Aspirantes

Wagner Gonçalves Mondego

Demais Categorias

Antonio Bastos de Oliveira

Economistas

Firmino Gustavo Gameleira

Engenheiros

Daisy Cristina de A. Menezes

Sidney do Valle Costa

Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnry

Bitencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos

do Rego Pinto, Renato Lima do

Espírito Santo e Carlos Henrique

Soares de Menezes e Jaime Dutra

Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: César Eduardo Scherer,

Márcio de Melo Rocha, Paulo César

Quintanilha. **Suplentes:** Jorge

Rodrigues Leitão, Gerson Pereira

Nascimento, Cândido Francisco S. Silva

Jornalista Responsável

Anne Sampaio

MTB: 13.773 / RJ

Design Gráfico

J. Paulo Carneiro

Edição de Março/Abril 2002

Tiragem: 2.000 exemplares

Pressão, suborno, mortes...

Vale tudo na briga pela privatização do ouro líquido

Um ex-diretor de uma empresa estatal da China foi condenado à morte por fuzilamento por um tribunal popular da cidade de Haikou, no sul do país, após ter desviado dinheiro público, cerca de R\$ 20 milhões (US\$ 8,6 milhões), para uso pessoal. A notícia foi publicada pela imprensa no último dia 27 de março, informando ainda que, antes da pena de morte, o empresário recebeu uma multa, teve suas propriedades confiscadas e direitos políticos anulados. Outras cinco pessoas envolvidas receberam penas que variam de três anos a prisão perpétua.

Coincidentemente, sete dias antes, a imprensa publicava uma outra denúncia de corrupção, envolvendo políticos, só que com uma pequena diferença: os denunciados eram brasileiros, vereadores do interior do Mato Grosso, e os que não conseguiram fugir receberam apenas prisão temporária, apesar das evidências. O palco foi a cidade de Tangará da Serra, a 242 km de Cuiabá, no Mato Grosso. Os atores são oito dos 13 vereadores, acusados de receberem propina para aprovar o projeto de privatização do sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Pelo menos quatro dos vereadores foram presos. Os outros quatro acusados estão foragidos, entre eles o presidente da Câmara, Antônio Lopes Gonçalves (PMDB). A prisão foi decretada após a descoberta de gravações telefônicas em que o presidente da Câmara se mostra preocupado com a possibilidade de que o suborno viesse a ser descoberto. Em pelo menos dois dos diálogos, ele pedia aos colegas que mantivessem a discrição.

O projeto de privatização foi aprovado em julho do ano passado, por 10 votos a três, mas no último dia 19 de março a juíza de Tangará da Serra, Adriana Sant'Anna Coningham, suspendeu a concessão. Mas o que chamou mais atenção, de fato, foi o valor da propina paga a cada um dos representantes eleitos pela sociedade de Tangará da Serra para legislar de acordo com os interesses dela: R\$ 10 mil para entregar ao setor privado um servi-

ço essencial, de interesse público, que vem aguçando a cobiça de grandes empresas internacionais, especialmente nos países que detêm, como o Brasil, o maior volume de recursos hídricos no mundo.

E as gravações só foram descobertas porque um vereador – Daniel Lopes da Silva (PSDB) – foi assassinado dias antes da aprovação do projeto, provavelmente por ter ameaçado denunciar o esquema ao Ministério Público, especula o delegado Ronan Gomes Villar, encarregado das investigações. Um dos vereadores foragidos citado nas gravações, Francisco Pereira Filho (PTB), confessou numa entrevista que recebeu os R\$ 10 mil, “e que todos os outros receberam também”.

Além dos vereadores, outras seis pessoas estão com prisão temporária decretada pela Justiça, entre elas os secretários de Indústria, Comércio e Turismo, Oracildo Nascimento, e de Obras, Névio Bortoluzzi, além dos empresários Argeu Fogliappo e Irio Bras Brum, que seriam os responsáveis pelo pagamento da propina. A polícia montou barreiras nas saídas da cidade, para impedir a fuga dos acusados, e em outros municípios próximos. Um dos vereadores, com medo de ser preso, havia se escondido em um lugar bem apropriado aos que praticam esse tipo de ato: um latão de lixo, na casa de sua irmã. Mas foi localizado e preso pela polícia do Mato Grosso.

O episódio de Tangará da Serra, apesar de não ter tido ainda um desfecho definitivo, com a prisão de todos os acusados e a devida condenação, mostra algumas lições. Em primeiro lugar, leva à reflexão sobre que fatos teriam envolvido o processo de privatização de sistemas muito mais importantes do que o daquela cidade do Mato Grosso (inclusive as respectivas autorizações legislativas concedidas pelo Brasil a fora), contrariando a vontade da sociedade e a própria legislação, ainda em exame no Congresso Nacional. Esse foi, por exemplo, o caso da privatização dos serviços de Saneamento em Niterói, quando as dependências da CEDAE foram invadidas pela atual concessionária privada - a Águas de Niterói - com a proteção da polícia militar. Em outras cidades, como os municípios da Região dos Lagos; Teresópolis, na Região Serrana (neste município, o sistema de Saneamento não chegou a ser privatizado); Campos, no Norte Fluminense; e outras tantas pelo país a fora, técnicos do setor e a própria sociedade questionam até hoje a forma com que foi conduzido o processo de aprovação das autorizações legislativas para o executivo transferir os sistemas. Na maioria deles, as privatizações foram feitas a toque de caixa, sem a participação da população, através de audiências públicas. No caso da Região dos Lagos, por exemplo, a Audiência Pública foi realizada no Rio de Janeiro.

Foto: Arquivo



Niterói foi um exemplo suspeito de privatização, feita com critérios duvidosos e obscuros

Quem é Quem?

Vou chegando ao final de um terceiro mandato consecutivo como presidente da ASEAC e, em quase seis anos, já dei muita topada. É, realmente, inimaginável as mudanças do comportamento humano.

Nessa guerra que empreendemos na defesa da gestão pública do abastecimento de água e do esgotamento sanitário, bem como na preservação da CEDAE como instrumento público capaz de viabilizar a gestão compartilhada entre os municípios e o Estado, perenizando, inclusive, o subsídio cruzado - que socorre os nossos compatriotas que habitam em municípios com menor poder financeiro - foi um desfilar, nas nossas fileiras, de ombros que portavam as nossas armas de defesa e que tão de repente se despojaram delas.

Podemos, então, possibilitar algumas interpretações, dentre elas:

- estariam conosco, como infiltrados, certamente para aumentar o seu poder de fogo contra idéias ou inimigos comuns que levariam a CEDAE à Bolsa de Valores? Os municipalistas, aqui, afloram;

- outra hipótese, é proverbial: quer bem conhecer o homem, dá-lhe o poder ou o dinheiro!

Ontem, ou quase ontem, na mídia vimos, afinal, aflorar um mundo sujo que envolve dinheiro e poder que suspeitávamos existir, mas sem ter como comprovar estaríamos sujeito à leviandade: na justiça, o STJ quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de dois juizes e de um advogado. No Legislativo, vereadores são presos por receberem propina no valor de R\$ 10 mil cada para aprovar a privatização da água no interior de Mato Grosso, no município de Tangará da Serra, a 242 km de Cuiabá.

Nada pode se intrometer nas nossas conjecturas, a partir do inexplicável. E porque não, até, pensar alto? Quando o governo de Estado, através do seu Programa de Desestatização, quis vender a CEDAE à iniciativa privada, emergiram situações discutíveis e, como tal, fomos ao julgamento judiciário. Lá, por força de um dispositivo regimental, deparamo-nos com a prevenção, isto é, torna-se preventiva a Ação quando há outra semelhante em julgamento. Aí, é definida a competência para julgar - todos as Ações com o mesmo objeto vão para a luz de um mesmo julgador, no caso, do mesmo desembargador.

Era uma batalha perdida "a priori". O governo ganhava todas! Um dia, por falha do sistema, uma Ação se desviou do ritual processualístico e foi parar na visão de outro Desembargador. O governo estadual se apressou, não para contestar a nova decisão de mérito que lhe desfavorecia, mas, para argüir o erro de processamento. O

Órgão Especial, que já aprovara o novo parecer do novo relator, recuou e fez retornar o processo ao desembargador "de direito", prevalecendo a prevenção. Pasmos, o iluminado "de direito", segundo a prevenção, vendo tudo diferente, tudo anulou de seu colega desembargador! Seria um agrado ao governador?

Esse quadro esdrúxulo resistiu até quase ao final daquele governo. Mas, como na justiça, que dizem ser cega, há ainda uma maioria absoluta de justos que vivem distantes dos riscos de terem quebrados os seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos, fez emergir a razão. Aí, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, à época, fez silenciar a tirania. Tudo despencou ou quase tudo.

Ainda agonizando, teve o governo estadual fôlego para reeditar um convênio com o Prefeito Jorge Roberto, do Município de Niterói, que morrerá no nascedouro, subtraindo-lhe a cláusula 8ª que o condicionava à privatização da CEDAE em todos os Municípios com ela conveniados que fôra impedido pelo STF.

Em decorrência daquele convênio esdrúxulo, absurdamente e inexplicavelmente para a minha cabeça de leigo nas chicanas, outro iluminado deferiu uma Tutela Antecipada a favor da empresa privada Águas de Niterói, com evidentes prejuízos ao erário estadual. Não houve, até hoje, há mais de dois anos, o julgamento do mérito.

Em Niterói, "ad-eterno" e "sub-judice" a empresa privada Águas de Niterói que é subsidiária da holding Águas do Brasil, vem operando o sub-sistema público do saneamento naquele Município, por determinação judicial, pagando à CEDAE que é um órgão público da administração indireta do Estado, com quem não tem contrato formal e específico de fornecimento de água, o valor de R\$ 0,22 centavos por metro cúbico tomado da Cedae sem a sua concordância, aquém do valor médio nacional.

Significa esse quadro que toda a sociedade fluminense abastecida pela CEDAE está subsidiando o lucro daquela empresa, já que a tarifa cobrada ao consumidor em Niterói é igual a do geral cobrada pela CEDAE que se baseia no valor do metro cúbico em torno de R\$ 0,58 centavos.

Esta semana, em programa de televisão, o Secretário de Estado de Recursos Hídricos falava das pendências para a modernização da estação de esgotos da Lemos Cunha, em Niterói, que integra o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que envolve recursos advindos de órgãos internacionais. Lá, pelas tantas, interveio o presidente da empresa privada Águas de Niterói, que afirmou poder a sua empresa investir com recursos próprios o valor necessário à conclusão de tais obras naquela estação. Inclusive garantiu que o go-

verno do PT, que vai assumir aquele Município por força da legislação eleitoral, já se ajustou com ele e que está de acordo com o oferecimento.

O valor não é irrisório. Se o fosse, não estaria o Estado com dificuldades, até porque trata-se de ponto estratégico para o programa, lá em Niterói. Ora, há perguntas que não se calam. Qual é a expectativa de retorno dessa empresa? Doação é coisa para gargalhar! Na equação tarifária, a RI - Remuneração de Investimentos está aprazada, normalmente em médio e longo prazo para se honrar os compromissos financeiros assumidos para investimentos nas obras necessárias ao saneamento básico. E, aí, qual será o prazo daquela empresa para a RI? Está me parecendo uma estratégia para agravar o chamado "periculum in mora", isto é, compromissos financeiros assumidos que o Estado não teria como reembolsar de imediato, em caso de ruptura da prestação dos serviços prestados "sub-judice". Ou será que aquela empresa tem garantias ocultas para se manter nessa situação esdrúxula por tempo indeterminado. Olha que o STF não julgou o mérito de quem detém o poder de concessão de tais serviços nem, tampouco, o Congresso Nacional chegou a um consenso sobre essa matéria.

O Senador José Serra, que é candidato à Presidência da República, mudou o discurso! Autor do PL que parou na CCJ do Senado, criava condições para privatizar o saneamento nas Regiões Metropolitanas, ignorando os Municípios pobres que dependem do subsídio cruzado praticado pelas estatais. Hoje, aquele Senador, em campanha e, em face do relatório do IBGE que retrata o saneamento básico no Brasil, defende investimentos anuais, na ordem de R\$ 3 bilhões nos próximos 10 anos. Diz que a privatização do setor preocupa em face das diferenças regionais. Inclusive lembrou que na Inglaterra a privatização mais mal sucedida foi na área de saneamento. Aleluia! ... Há sinceridade nisso?

O Lula que se cuida, pois não há unidade em seu partido. Há uma legião de municipalistas que teimam em colocar nas mãos dos Prefeitos o poder concedente, preconizado no Artº 30 da Constituição Federal. Outros são favoráveis à privatização, como, por exemplo, o Deputado Federal Gabeira.

Esperava que um dos candidatos defendesse a sanção de legislação que definisse as responsabilidades do saneamento e proibisse a sua privatização. Aí, o fogo apagaria. Qual o Prefeito que lutaria para administrar, diretamente e isoladamente, o saneamento básico? Os municipalistas cairiam na real. A gestão tem que ser pública e

compartilhada entre os Municípios e o Estado, preservando o subsídio cruzado. O que deve ficar em discussão é o bem estar do cidadão e em escala maior a saúde pública. Os recursos já se começaram disponibilizar.

O relatório do IBGE mostra que 97,9% das cidades já recebem água encanada e 99,4% já dispõem de serviço de recolhimento de lixo. Entretanto, registra que 47,8% dos Municípios brasileiros não dispõem de esgotamento sanitário. É triste saber que metade do país convive com as fezes a céu aberto, ou polui os rios, ou contamina os lençóis freáticos com os sumidouros ou fossas. É o caos para a saúde pública e para o meio ambiente.

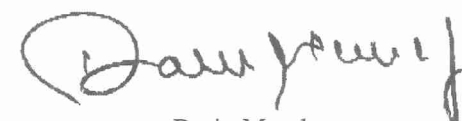
É vergonhosamente sintomático e que nos irrita sobremaneira o fato de, somente, se discutir e de se tentar legislar o poder concedente (privatização) da distribuição da água, pressionado pelos municipalistas radicais e incoerentes nesse aspecto e pelo capital especulativo, inclusive e principalmente internacional, fomentado pelo FMI, com eco e vivo interesse dos Prefeitos nas Regiões Metropolitanas, onde o abastecimento de água, tecnicamente, já está equacionado e possibilita a geração de subsídio cruzado.

O esgotamento sanitário requer recursos e urgências devido ao seu caos para a saúde pública brasileira. Não há interesse privado, logo, os Prefeitos não brigam pelo seu poder concedente.

Meus aplausos à Prefeitura do Rio de Janeiro que criou o Programa "Salvando o H2O", com o objetivo de atuar diretamente nos mananciais.

Todos nós precisamos de reeducação. Realmente a água é uma grande vítima do ser humano que sequer atenta que ela é o seu principal alimento - sem ela ficaremos secos com sede, sem se falar nas outras infinitas serventias.

Recentemente, ficou claro com relação as praias - outra vítima. A natureza mostrou-nos o maltrato: Durante semanas não choveu. As praias de tão limpas e sem poluição (presença de coliformes) serviram até de espaço para o balé dos golfinhos. Algo que já se havia caído no esquecimento. Lindo visual do conjunto - água e golfinhos! Mas, veio a chuva. A natureza sabe porque chove, mas não sabe que aqui habitam seres que sujaram tudo e que a água das chuvas irá se juntar com a outra água, a do mar, levando toda essa sujeira - aí está, basicamente, porque o lixo no mar e a poluição!



Dario Mondego
Presidente

Alerj rejeita golpe de “f

Trabalhadores e sociedade reagem à proposta de Garotinho de transferir aç

A rápida mobilização da direção da ASEAC e dos sindicatos representativos dos trabalhadores da CEDAE junto aos parlamentares que integram a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) foi decisiva para impedir a tramitação e aprovação do projeto de lei nº 2878, de 26 de fevereiro último, oriundo de mensagem (13/02) do governador Anthony Garotinho, autorizando, em regime de urgência, o Poder Executivo a incorporar ao patrimônio do Rio Previdência 40% das ações da CEDAE em poder do Estado.

A mensagem do Executivo foi imediatamente interpretada pela ASEAC e demais entidades ligadas aos trabalhadores do setor como uma tentativa “camuflada” de privatizar parte do capital da segunda maior companhia de Saneamento do país pelo governo do Estado, que detém 99,99% do controle acionário. Tão logo tomaram conhecimento da mensagem do governador, as lideranças de classe e sindicais trataram de mobilizar a categoria, divulgando uma nota oficial conjunta, na qual questionavam e denunciavam a atitude de Anthony Garotinho, considerada uma nova ameaça flagrante de destruição da CEDAE.

Rejeição em cadeia

A mobilização da categoria encontrou ampla acolhida junto aos deputados, inclusive na própria base de sustentação do governo. A maioria dos parlamentares se pronunciou contrária ao projeto de lei, por julgá-lo inadequado e intempestivo, pois o Garotinho já havia manifestado sua disposição de deixar o governo do Estado para disputar a presidência da República. “E uma decisão desta não pode ser tomada ao apagar das luzes do governo”, criticaram os deputados.

O próprio presidente da ALERJ, deputado Sérgio Cabral (PSDB), se dispôs a falar com o governador e, rapidamente, mobilizou o líder do governo, deputado José Távora (PSB), para que interviesse junto a Garotinho para que este desistisse da mensagem. Após reunião realizada com diversos sindicalistas, além do presidente e vice-presidente da ASEAC, Dario Mondego, e Paulino Cabral, no dia previsto para a votação da matéria em regime de urgência - 13 de março - , Sérgio Cabral foi taxativo: “Aqui na ALERJ vocês têm a minha garantia de que este projeto não anda”.

Para o presidente da Assembléia Legislativa, o projeto de Garotinho revelava uma clara intenção de transferir, por vias transversas, o patrimônio da CEDAE para a iniciativa privada. “Acho que esse assunto deveria merecer uma discussão mais ampla, com representantes indicados pelo governador, de forma que trabalhadores e líderes de classe pudessem expor suas posições”, disse o parlamentar. Para ele, essa discussão, caso fosse levada adiante, deveria ocorrer, inclusive, fora da ALERJ, sem o caráter de audiência pública, para não caracterizar um processo de tramitação do projeto de Lei.

O presidente da ASEAC, Dario Mondego, explicou ao deputado Sérgio Cabral, na ocasião, que ele próprio e os representantes dos sindicatos não estavam ali para atacar o fundo de previdência dos servidores do Estado do Rio. Muito ao contrário, manifestaram sua determinação de ajudar o governo a sanear o Rio Previdência, colocando, inclusive, à disposição do governador os sindicalistas especializados na questão. “Nós temos pessoas especializadas no assunto que podem colaborar, participar e ajudar o Rio Previdência”.

O deputado José Távora, depois de se comprometer a interceder junto a Anthony Garotinho para a retirada do projeto, pediu aos trabalhadores que mantivessem o diálogo, evitando o confronto pela greve, “principalmente pela postura manifestada pelos parlamentares contrária à mensagem do Executivo”. Embora garantisse que “o governo não tinha interesse em dar rasteira em ninguém”, confessou que, antes de ser alertado pela ASEAC e pelos sindicatos sobre a proposta do governador, ainda não havia se dado conta das consequências que a mensagem poderia ter.

A postura firme do presidente da ALERJ, Sérgio Cabral, foi definitiva para reverter o quadro e suspender a votação do projeto do Executivo, marcada para o dia 13 de março, em regime de urgência. Falando ao Jornal da ASEAC, Sérgio Cabral afirmou que a proposta de Anthony Garotinho não tem futuro: “Acho que o governo vai refletir melhor, e o assunto vai ser conduzido bem pelo deputado José Távora, pela ASEAC e pelos sindicatos da categoria junto ao governador do Estado. E certamente veremos chegar à conclusão de que a



“Aqui vocês têm a minha garantia de que este projeto não anda”

Sérgio Cabral Filho,
presidente da ALERJ

um de festa”

s da CEDAE para o Rio Previdência

Fotos: J. Andrade

Nem mesmo o líder do governador, deputado José Távora, se mostrou simpático à mensagem enviada à ALERJ



A rápida mobilização da ASEAC e de líderes sindicais sensibilizou a Alerj

melhor solução é a retirada definitiva do projeto”, disse, logo após garantir que a mensagem do governador não seria levada à Plenário no dia 13 de março.

Do encontro entre o presidente da ALERJ, Sérgio Cabral, e as lideranças de classe e de trabalhadores, participaram, entre outros parlamentares, os deputados Paulo Mello (PSDB), José Távora (PSB), Edmilson Valentim (PC doB) e Paulo Ramos (PDT). Pela manhã, a mobilização envolveu também os deputados Wolney Trindade (PMDB) e Chico Alencar (PT).

Arranjo astuto

No documento - assinado pela ASEAC, SENGE, Federação dos Urbanitários, SINTSAMA, Sindicatos de Campos e de Niterói, Sindicato dos Administradores, CUT, AFTAE, ASTEC, ANAPAR e ASAPAE - as entidades classificaram a mensagem do Executivo como “um arranjo astuto para burlar a inteligência da sociedade fluminense e dos deputados, além de passar ao largo da Lei 8.666, de licitações”.

Segundo explicou a nota, a Lei 3.189/99, que criou o Rio Previdência, autoriza, no seu artigo 13, o Poder Executivo a incorporar ao patrimônio do fundo criado, além de outros ativos, as participações societárias de propriedade do Estado, de suas autarquias e fundações, bem como de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, mediante prévia autorização legislativa específica. Por sua vez, a mensagem enviada à ALERJ previa a transferência apenas das ações da CEDAE (40%), ficando o Rio Previdência “livre das obrigações de natureza tributárias, oriundas de financiamentos, empréstimos, avais ou operações similares; das decorrentes de estruturação de malhas hidroviárias, construções ou análogos, bem como quaisquer outros encargos que possam gravar os bens incorporados”.

Para o presidente da ASEAC, em momento algum a mensagem define o valor a ser transferido: “Assim, liberar 40% das ações do governo de um patrimônio da CEDAE que não

foi bem definido, somados a investimentos, valores mobiliários e direitos etc., é entregar um cheque em branco para ser preenchido convenientemente, no futuro”, afirma Dario Mondego. Além disso, explica, o parágrafo único do projeto de lei “é de uma bondade infinita”, na medida em que propõe a doação pelo governo, em nome da sociedade fluminense, do patrimônio da CEDAE, e assume todos os encargos referentes a esse patrimônio. “É como se alguém doasse um imóvel e fizesse em documento que os seus encargos, presentes e futuros, ficariam na sua responsabilidade, para ratear com sua família”, acrescentou. E sem falar no comprometimento que já existe desse patrimônio e do faturamento da Empresa pelas aquisições de empréstimos, avais e outras operações que os envolvem, e que correm o risco de não ser cumpridos, em face da redução do patrimônio e da fragmentação do faturamento - ambos comprometidos em valores maiores.

Na mensagem, o governo justifica ainda que a incorporação de participações societárias ao Rio Previdência teria por objetivo reforçar os meios de capitalização do fundo, provendo-o de bens cujos rendimentos e o produto de eventual alienação, mantido o controle acionário estatal da empresa (o governo manteria 60%), se acresceriam às suas disponibilidades. “Contudo, não há em momento algum proibição para que o fundo aliene as ações da CEDAE, de sua propriedade por doação do Estado. O próprio governo reconhece essa possibilidade, ao falar de **produto de eventual alienação**”, afirma Mondego. E não haveria nada de irregular na operação, por exemplo, se o Rio Previdência vendesse os 40% das ações da CEDAE doadas pelo Estado a uma multinacional, como a “Lionay-se des Aux”, mas a companhia ganharia de imediato um “parceiro estratégico” perigoso à sua preservação como empresa sob gestão pública, portanto, patrimônio da sociedade do Estado do Rio de Janeiro.

Mensagem soou mal

Até a base de sustentação do governo estranhou a decisão de Garotinho

PAULO RAMOS

“Eu acho surpreendente que o governador do Estado, no apagar das luzes da sua administração, tenha encaminhado essa mensagem para a ALERJ”, afirmou o deputado Paulo Ramos (PDT/RJ), que garantiu que a rejeição à mensagem de Garotinho é bastante explícita dentro da ALERJ. “Eu estou convencido de que esta é uma espécie de mensagem natimorta”, disse.

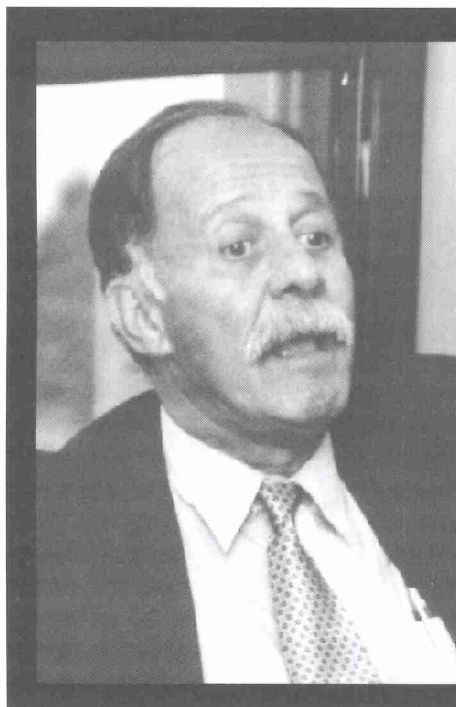
Para o parlamentar, o governador vai voltar atrás, porque até mesmo na base governista a mensagem - que transfere 40% das ações da CEDAE ao Rio Previdência - não teve boa acolhida: “Garotinho vai refletir e não vai querer enfrentar nenhum movimento no final de sua gestão, porque o pessoal da CEDAE tem tradição de luta, defendendo os interesses da sociedade inseridos na empresa”, garantiu. Em razão disso, Paulo Ramos tem certeza de que a ALERJ não vai ter que passar pelo dissabor de apreciar uma matéria que não se compatibiliza com os interesses do povo do Estado do Rio de Janeiro.

- Nós já dissemos não a várias propostas de privatização. Se essa for a intenção, eu acho que a CEDAE pode ficar tranqüila em relação à ALERJ. A Assembléia vai rejeitar - concluiu.

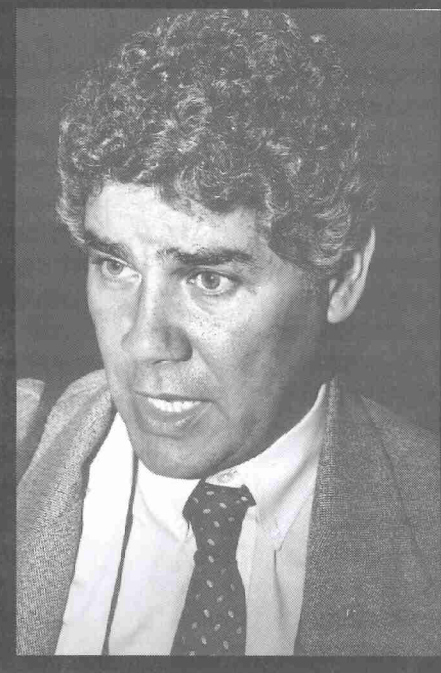
CHICO ALENCAR

- A CEDAE escapou por um triz desse processo espúrio de privatização, que enriqueceu muita gente, empobreceu o Estado e o povo do Rio de Janeiro. Houve gestões muito fortes daquele rapaz, que hoje mora em Miami, para privatizar a CEDAE (referindo-se ao ex-secretário Marco Aurélio Alencar, filho do ex-governador Marcello Alencar), que usou argumentos muito fortes, muito convincentes, argumentos parecidos com aqueles que foram fotografados no escritório da empresa da governadora Roseana Sarney - disse em tom irônico o deputado Chico Alencar (PT/RJ).

Segundo ele, o seu partido quer - e esse é um compromisso do Partido dos Trabalhadores, no eventual governo Benedita, de nove meses - que a CEDAE continue pública, continue estatal,



Os deputados Paulo Ramos e Chico Alencar criticaram a mensagem, enviada à Alerj no apagar das luzes do governo



Fotos: J. Andrade

para ser melhorada a partir do diálogo com os trabalhadores da empresa e com todos aqueles que quiserem ajudar a reconstruir a companhia e não apenas ter um bom emprego. Chico Alencar afirmou que, se a proposta do governador Garotinho, que chegou de última hora, implicar em alguma forma - mesmo sutil - de abrir portas para a privatização ou enfraquecimento da CEDAE, os parlamentares petistas serão contra.

- Não se pode descobrir um santo para cobrir outro. Vamos travar uma batalha com o governo e a mobilização dos trabalhadores é fundamental, decisiva - afirmou.

De qualquer jeito, o deputado do PT vê com muita preocupação a iniciativa do governador Garotinho, porque “essa pressa de final de governo é má conselheira”, advertiu. Segundo Chico Alencar, um projeto importante, que tem a ver com o Rio Previdência, hoje com problemas de capitalização e de crise, e ainda envolvendo a CEDAE, que queremos pública e cada vez mais eficiente, é muito grave. “Não vamos votar de afogadilho e nem aceitar rolo compressor. E essa nossa posição vai valer para o caso de a Benedita (vice-governadora Benedita da Silva) vir a assumir o governo do Estado”, garantiu.

Para o deputado petista, um projeto desse tipo, ao apagar das luzes do governo, demonstra que “há forças poderosas no Estado que querem a privatiza-

ção da CEDAE há muito tempo”. Essa ameaça, no seu entender, diminuiu com a derrota do candidato do ex-governador Marcello Alencar nas urnas e a posse de Anthony Garotinho. “Mas essas forças interessadas no grande negócio que é acabar com a CEDAE pública continuam vivas. Volta e meia, tentam desenvolver seu intento privatista. A gente tem de estar de olho vivo, porque o inimigo é poderoso”, alertou Alencar.

O deputado, no entanto, tem certeza de que a ALERJ vai dizer não mais uma vez a qualquer tentativa de privatizar a CEDAE. “Até porque não se faz isso a 18 dias, a poucas semanas de mudança de governo. Seria uma irresponsabilidade absoluta. Eu não creio que alguém que diz que quer ser presidente da República possa agir dessa maneira”, concluiu Chico Alencar.

WOLNEY TRINDADE

“Nós ficamos, tanto quanto o pessoal da CEDAE, estarrecidos com a mensagem enviada pelo governador à Assembléia Legislativa, porque não é possível que, faltando poucos dias para deixar o cargo, ele tome uma atitude desta”, disse o deputado Wolney Trindade (PMDB/RJ). O deputado chegou a preparar uma emenda tornando inalienáveis por parte do Rio Previdência as ações da CEDAE que o governo pretendia transferir ao

fundo, mas felizmente a pronta reação da ASEAC e dos sindicatos sensibilizou os parlamentares antes que a matéria pudesse tramitar e ser votada.

Segundo o deputado, a companhia de Saneamento já se encontra em situação econômico-financeira difícil e, portanto, não se justifica o governador querer doar parte do seu patrimônio. Além disso, a presidência da ALERJ não se mostrou simpática à mensagem do governador. Para Wolney Trindade, uma decisão dessas deveria merecer um estudo mais longo, precedido de um debate com todos os setores interessados, principalmente os trabalhadores da CEDAE. O próprio líder do governador, deputado José Távora (PDT/RJ) se manifestou contrário à decisão.

Assim como a maioria dos parlamentares da ALERJ, o deputado pemedebista também suspeita das verdadeiras intenções privatistas embutidas na mensagem: “Todo mundo está pensando exatamente isso. Sem nenhum esclarecimento, a conclusão a que se chega não pode ser outra. Mas esta Casa já disse não várias vezes às propostas de privatização e hoje existe lei própria nesse sentido”, disse Wolney Trindade. Segundo ele, já existe uma posição clara da ALERJ quanto à matéria. “Por isso, eu duvido que o governador consiga os 36 votos necessários para aprovar qualquer coisa nesse sentido”, concluiu.

Novo ator de um velho filme

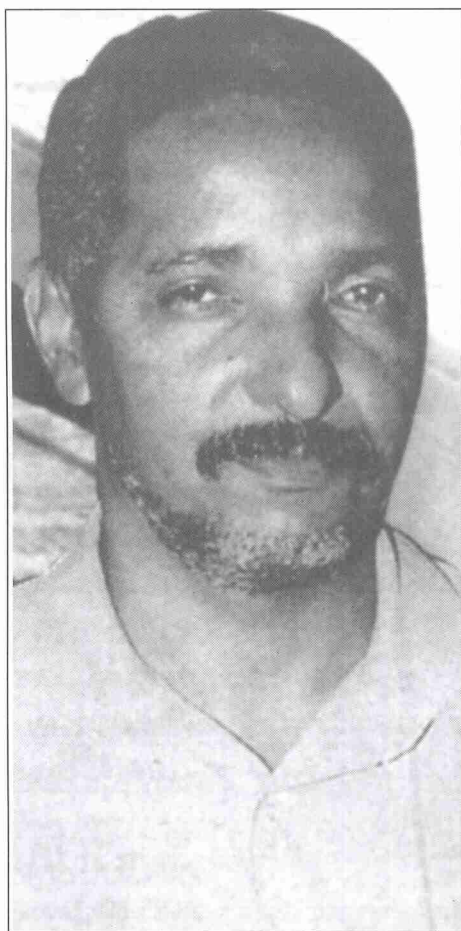
Trabalhadores comparam postura de Garotinho à de Marcello Alencar

Além de fruto de um descompromisso político do governador, a proposta de transferir 40% das ações da CEDAE para o Rio Previdência é resultado da inépcia do governo em tocar uma entidade de previdência. A opinião é do diretor da Federação Nacional dos Urbanitários e do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SINTSAMA), Roqueirán Miranda Lima, responsável pelos assuntos de previdência da Federação.

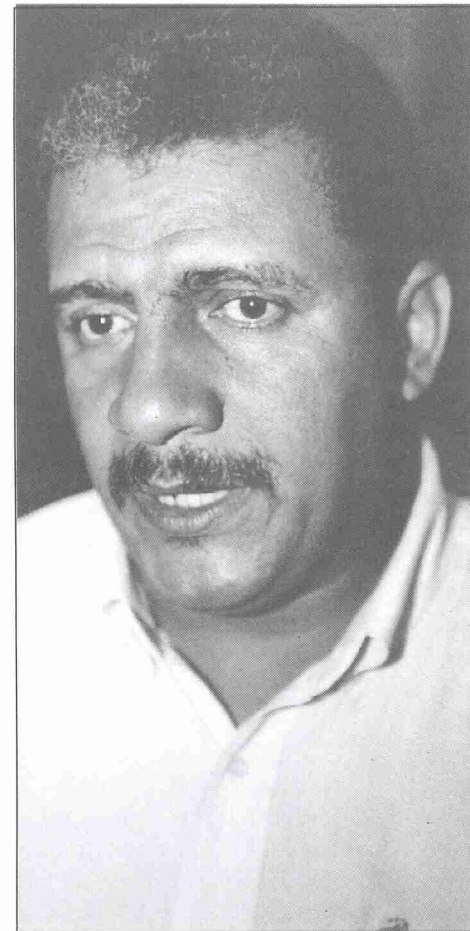
Segundo ele, o governo do Estado criou o Rio Previdência com base em um orçamento que, desde a fundação do órgão, era virtual, já que sua maior fonte de custeio se baseava na dívida ativa dos contribuintes com o governo. O Estado, conforme explicou, ficou de constituir empresas e alguns organismos para fazer a cobrança dessa dívida e transformá-la em reserva matemática para garantir os benefícios a serem pagos pelo Rio Previdência.

Na realidade, contudo”, explicou Roqueirán, o governo foi ineficiente nisso e, mesmo que tivesse tido sucesso, a dívida ativa é inadequada para constituir um fundo de reserva destinado a bancar os benefícios comprometidos pelo Rio Previdência. “Com isso, chegou-se a um impasse, no qual o fundo está próximo à insolvência e o Tesouro não tem disposição para alocar recursos nele, por causa da lei de responsabilidade fiscal. Assim, o que o governo pretendia, ao doar as ações da CEDAE ao Rio Previdência, era, num passe de mágica, tentar resolver os dois problemas de uma única vez, e ainda sair limpo da lei de responsabilidade fiscal. Só que, dessa forma, estaria enterrando a sua história política e com certeza vai sair do governo do Estado como mentiroso e, além disso, com a fama de conseguir dilapidar uma empresa que pertence ao povo do Estado do Rio de Janeiro”, afirmou.

O diretor da Federação dos Urbanitários disse ainda que a decisão de transferir 40% das ações da CEDAE para o Rio Previdência é uma forma indireta de privatizar a companhia, pois a única maneira de transformar os papéis em recursos seria vendendo as ações. “Até por sua essência, os fundos previdenciários trabalham com papéis, principalmente em bolsa. E a CEDAE, em um passe de mágica, nessa via inversa, se tornaria empresa de capital aberto, porque o Rio Previdência tem que ter liquidez em todos os seus papéis, para não colocar em risco os beneficiários”.



Roque, da Federação, e Dantas, do SINTSAMA, tem opiniões iguais: objetivo é privatizar a CEDAE



Fotos: Arquivo e J. Andrade

SINTSAMA: Governador traiu o seu próprio discurso

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SINTSAMA), Luis Carlos Vieira Dantas, também se manifestou surpreso com a mensagem do governador à ALERJ. Segundo ele, durante todo o período do atual governo, apesar de certos problemas ideológicos devido à falta de apoio do governo à CEDAE, os trabalhadores e o governador se relacionaram dentro de uma certa parceria em vários momentos.

- Agora, faltando poucos dias para o final do mandato, vemos se repetir a mesma coisa que aconteceu com o ex-governador Marcello Alencar, que entregou a CEDAE em Niterói à iniciativa privada, e até hoje as coisas não ficaram resolvidas. Foi uma invasão,

e o modelo utilizado é muito parecido com esse que foi tentado agora – disse o sindicalista. Segundo ele, a situação preocupa, porque um governo que durante todo o seu mandato manteve um discurso de oposição, de governo popular, não pode tomar uma medida desta, facilitando a entrega da segunda maior empresa de Saneamento do país ao setor privado, através do Rio Previdência.

Para Dantas, a transferência de 40% das ações da CEDAE ao fundo é uma forma camuflada de privatização, porque esses papéis vão virar recursos nas mãos do Rio Previdência, que vai se capitalizar transferindo as ações ao setor privado, principalmente a empresas internacionais. “De qualquer forma, acho que a situação ficou bem

encaminhada na ALERJ e dificilmente esse projeto vai evoluir. Além disso, as entidades que compõem nossa categoria, como a ASEAC e os sindicatos, estão unidas e levaram uma discussão séria para o governo. Creio que conseguimos, assim, mostrar às representações da sociedade, através a presidência da Assembléia Legislativa e do próprio líder do governo, a nossa seriedade em preservar uma empresa que presta um serviço essencial à população do Estado”, afirmou. No entender do presidente do SINTSAMA, essa união da categoria é que deixa qualquer governo – seja de esquerda ou de direita – numa situação difícil quando colocam a CEDAE em “xeque” diante da possibilidade de privatização.

O mundo prepara o bote

Debates sobre o tema no Congresso ignoram mecanismos de proteção

O deputado Rodrigo Maia (PFL/RJ), presidente da comissão encarregada de examinar o substitutivo apresentado pelo relator do projeto do governo (PL 4147/01), deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE), que define a titularidade dos serviços de Saneamento nas Regiões Metropolitanas, voltou à carga na tentativa de aprovar o substitutivo na comissão e levar a matéria a Plenária.

Depois do fracasso da reunião extraordinária da comissão convocada para o último dia 03 de abril, por falta de quórum, o deputado decidiu insistir na discussão, convocando uma novo encontro ainda na primeira quinzena do mês. Segundo fontes da Câmara dos Deputados, a decisão do parlamentar carioca chegou a irritar o próprio relator da matéria, que desconhecia a convocação. Outros observadores chegaram a levantar a hipótese de que a pressa de Rodrigo Maia - filho do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia - pudesse ser apenas "jogo de cena" do PFL.

De qualquer maneira, a possibilidade de o projeto voltar à votação preocupou as entidades ligadas ao setor de Saneamento, inclusive a ASEAC. Isto porque, fontes do Congresso davam como certo que a matéria dificilmente seria votada em 2002, por ser ano eleitoral, além de encontrar resistências nos próprios partidos que integram a base de sustentação do governo federal. Além disso, a mudança na lei, segundo técnicos do setor, pode facilitar a privatização do Saneamento, que não é uma posição unânime entre os atuais candidatos à presidência da República.

Herança perigosa

A verdade é que, da forma como vem mobilizando as grandes corporações e chamando a atenção de especialistas e observadores nos quatro can-

tos do planeta, o risco de a água ser transformada em mero "negócio" hoje é um fato. Além do fator social, a questão envolve aspectos de soberania e até mesmo de segurança nacional.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Antônio Celso Alves Pereira, em artigo recente publicado no jornal O Globo, "em várias regiões do mundo, o crescimento populacional, as mudanças climáticas e a destruição dos ecossistemas pelas diversas formas de poluição ambiental agravam a escassez de água potável, o que, certamente, será motivo de sérios conflitos internacionais". Ele informou que, diante da ameaça iminente, empresas como a Coca-Cola e a Nestlé estão comprando fontes de água em diferentes pontos do mundo. "Comercializar água é e será, cada dia mais, um grande negócio", sentenciou.

Antônio Celso afirmou ainda que o problema da água, em termos globais, é muito grave. "Basta atentarmos que, em todo o mundo, mais de um bilhão de seres humanos enfrentam sérias dificuldades para conseguir um mínimo de água potável". Considerando as projeções que apontam para o aumento do consumo doméstico mundial de água em torno de 70%, até 2025, a não ser que se consiga expandir a reciclagem de água servida, racionalizar o consumo e desenvolver, de imediato, tecnologias mais econômicas para dessalinizar a água do mar, deslocar icebergues e criar chuva artificial, "não são nada otimistas as possibilidades de se aumentar as disponibilidades de água potável no planeta".

O presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional explicou que, hoje, 97% do total de recursos hídricos da terra são águas oceânicas, 2% estão nas calotas polares e apenas 1% representa a água destinada ao consumo doméstico, irrigação e atividades industriais. "Brasil, Rússia, China, Cana-

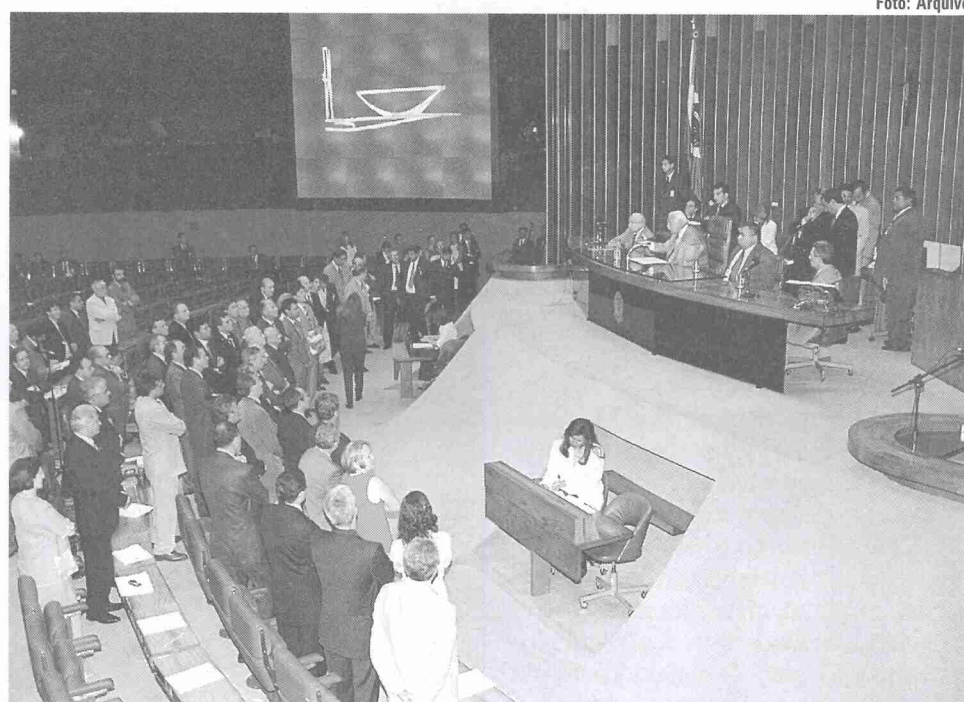


Foto: Arquivo

Apesar de o tema gerar desgastes em ano eleitoral, o PFL decidiu colocá-lo em pauta

dá, Indonésia e Estados Unidos detêm o controle de 60% desses recursos hídricos utilizáveis", explica. Citando o livro do general português Loureiro dos Santos, ex-ministro da Defesa, ele afirma que, em 2010, 32 países dos cinco continentes deverão passar por graves crises derivadas da falta de água potável. "Assim, o Brasil precisa traçar, desde já, um roteiro político firme e objetivo, que nos permita, quando for o caso, ações de segurança nessa maté-

ria", alerta. Afinal de contas, afirma Antônio Celso, em nosso território estão as duas maiores bacias hidrográficas do mundo: a do Amazonas, que detém o maior volume de água do mundo, e a do Prata.

"Este é mais um fator a atizar a conhecida cobiça internacional sobre a região. É bastante provável que enfrentaremos, nos próximos anos, sérias dificuldades para preservá-la sob nossa soberania", advertiu.

mudou-se
 recusado
 desconhecido
 endereço insuficiente
 não existe nº indicado
 falecido
 ausente
 não procurado
Reintegrado ao serviço postal
Em /
Em / Carteiro

